

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.710 - SP (2019/0341156-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS S.A
ADVOGADO : JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS E OUTRO(S)
- SP273843
RECORRIDO : COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
ADVOGADOS : FLAVIO OLIMPIO DE AZEVEDO E OUTRO(S) - SP034248
MILENA PIRÁGINE - SP178962
KAUARA OHANNA LOPES BERTOLUCI - SP396270

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS S.A.**, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 498, e-STJ):

ACÇÃO REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO - Contratos de seguro residencial - Descarga de energia elétrica que ocasionou danos em aparelhos que guarneciam os imóveis dos segurados - Ação de regresso - Prescrição trienal - Aplicação do art. 206, parágrafo 3º, inciso V, do Código Civil - Termo inicial – Prazo prescricional passa a fluir do dia seguinte ao do pagamento - Precedentes, inclusive desta Egrégia 14ª Câmara de Direito Privado - Prescrição operada - Sentença mantida - Recurso não provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados na origem (fls. 656-658, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 556-611, e-STJ), a recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 206, § 3º, V, e 786 do Código Civil; 1º e 27 do Código de Defesa do Consumidor.

Sustenta, em síntese, que em virtude da sub-rogação legal securitária, as prerrogativas do consumidor são transferidas à seguradora, e o prazo para o exercício da pretensão indenizatória da seguradora contra o causador dos danos é de cinco anos, previsto no art. 27 do CDC, sendo inaplicável a regra contida no artigo 206, § 3º, V, do Código Civil.

Contrarrazões às fls. 662-686, e-STJ.

Após decisão de admissão do recurso especial (fls. 687-691, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece prosperar.

1. A recorrente aponta violação aos artigos 206, § 3º, V, e 786 do Código Civil; 1º e 27 do Código de Defesa do Consumidor, sustentando que em virtude da sub-rogação legal securitária, as prerrogativas do consumidor são transferidas à seguradora, e o prazo para o exercício da pretensão indenizatória da seguradora contra o causador dos danos é de

cinco anos, previsto no art. 27 do CDC, sendo inaplicável a regra contida no artigo 206, § 3º, V, do Código Civil.

Conforme entendimento jurisprudencial consolidado por esta Colenda Corte de Justiça, "ao efetuar o pagamento da indenização ao segurado em razão de danos causados por terceiros, a seguradora sub-roga-se nos direitos daquele, podendo, **dentro do prazo prescricional aplicável à relação jurídica originária**, buscar o ressarcimento do que despendeu, nos mesmos termos e limites que assistiam ao segurado" (REsp 1.297.362/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 02/02/2017)

Neste sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REGRESSIVA. SEGURADORA CONTRA O CAUSADOR DO DANO. SUB-ROGAÇÃO NOS DIREITOS DO SEGURADO. EXTRAVIO DE BAGAGEM EM VOO NACIONAL. PRAZO DE PRESCRIÇÃO APLICÁVEL À RELAÇÃO JURÍDICA ORIGINÁRIA. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. 1. Conforme reiteradas decisões desta Corte, ao efetuar o pagamento da indenização ao segurado em decorrência de danos causados por terceiro, a seguradora sub-roga-se nos direitos daquele, nos limites desses direitos, ou seja, não se transfere à seguradora mais direitos do que aqueles que o segurado detinha no momento do pagamento da indenização. **Assim, dentro do prazo prescricional aplicável à relação jurídica originária, a seguradora pode buscar o ressarcimento do que despendeu com a indenização securitária.** 2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1.613.489/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 28/09/2017) [grifou-se]

RECURSO ESPECIAL. TRANSPORTE MARÍTIMO. ARMAZENAGEM DE MERCADORIA. **AÇÃO REGRESSIVA DE COBRANÇA DE SEGURADO CONTRA SEGURADORA. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. SUB-ROGAÇÃO. LIMITES.** 1. **Ao efetuar o pagamento da indenização ao segurado em decorrência de danos causados por terceiro, a seguradora sub-roga-se nos direitos daquele, mas nos limites desses direitos, ou seja, a "sub-rogação não transfere à seguradora mais direitos do que aqueles que a seguradora detinha no momento do pagamento da indenização"** (REsp n. 1.385.142). Portanto, **dentro do prazo prescricional aplicável à relação jurídica originária, a seguradora sub-rogada pode buscar o ressarcimento do que despendeu com a indenização securitária.** 2. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 1.505.256/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 05.05.2016, DJe 17.05.2016) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. SEGURADORA. SUB-ROGAÇÃO. TERMO A QUO DO PRAZO PRESCRICIONAL. DATA DO PAGAMENTO. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. **A seguradora, ao ressarcir os prejuízos ocasionados pelo acidente, sub-roga-se nos direitos do segurado, podendo ajuizar ação contra o**

terceiro. a sub-rogação, entretanto, não restringe os direitos sub-rogados, de modo que o prazo prescricional a ser aplicado deve ser o mesmo previsto para o segurado. 2. Com efeito, "Esta Corte já firmou entendimento de que, ao efetuar o pagamento da indenização ao segurado em decorrência de danos causados por terceiro, a seguradora sub-roga-se nos direitos daquele, podendo, dentro do prazo prescricional aplicável à relação jurídica originária, buscar o ressarcimento do que despendeu, nos mesmos termos e limites que assistiam ao segurado" (AgRg no REsp 1169418/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/02/2014, DJe 14/02/2014). 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 598.619/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05.02.2016, DJe 10.02.2015) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR PERDAS E DANOS. APLICAÇÃO DO CDC. SÚMULA 83 DO STJ. RESPONSABILIDADE DA RECORRENTE. SÚMULA 283/STF. 1. **A relação entre a segurada e a recorrente é de consumo. Assim, incide o Código de Defesa do Consumidor na relação entre a seguradora - que se sub-rogou nos direitos da segurada - e a recorrente. Incidência da Súmula 83 desta Corte.** 2. Ademais, a recorrente não cuidou de impugnar o fundamento do acórdão recorrido de que sua responsabilidade permaneceria, ainda que afastada a inversão do ônus da prova prevista no CDC, uma vez que não demonstrou a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da recorrida. Incidência da Súmula 283/STF. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 271.489/SP. Relator Ministro Luis Felipe Salomão, QUARTA TURMA, DJe 17.04.2013) [grifou-se]

Com efeito, nos termos do entendimento deste Tribunal Superior, dentro do prazo prescricional aplicável à relação jurídica originária, a seguradora pode buscar o ressarcimento do que despendeu com a indenização securitária.

No caso *sub judice*, entretanto, o Tribunal de origem proferiu decisão dissonante com o entendimento desta Corte ao acolher a preliminar de prescrição e julgar extinto o feito com resolução de mérito, por entender aplicável ao caso - ação regressiva movida pela seguradora contra o causador do dano - o prazo prescricional de três anos previsto no art. 206, § 3º, inciso V, do Código Civil.

A propósito, confira-se a fundamentação do acórdão recorrido (fls. 499-501, e-STJ):

A alegação da autora é no sentido de que, na qualidade de seguradora de Fernando Carlos Martins Paredes, Solange de Souza Medeiros Joaquim, Loide Oliveira Terra e Fábio Veríssimo Padoan (contratos de seguro na modalidade compreensivo empresarial, representados pelas apólices nºs 1490325/11772, 1490321/47993, 1782418/442572 e 1490325/2229, respectivamente), teve de indenizá-los em razão de descarga elétrica nos imóveis segurados, com conseqüente propagação de danos a bens de propriedade dos assegurados.

Com efeito, aplica-se o disposto no art. 206, parágrafo 3º, inciso V, do

Código de Processo Civil, uma vez que se trata de “pretensão de reparação civil”. Ou seja, o segurado tinha ação contra o causador do dano pelo mencionado prazo, direito no qual, portanto, a seguradora autora se sub-rogou.

No caso dos autos, os pagamentos foram efetuados pela autora aos seus segurados em 03/09/2013 (pág. 90), 09/04/2014 (pág. 116), 02/01/2014 (pág. 132) e 26/05/2015 (pág. 144).

Desta forma, levando-se em conta o prazo trienal a ser aplicado à presente demanda, claro que a distribuição da ação em 12.07.2018 encontrou consumado o prazo prescricional.

(...)

Registre-se, ainda, que não se aplica ao presente caso o prazo prescricional do art. 27 do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que não há relação de consumo entre a seguradora/autora, ora apelante, e a ré/apelada. [grifou-se]

Desse modo, afigura-se impositiva a reforma do *decisum*, a fim de amoldá-lo à jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual o prazo prescricional aplicável a espécie é de 5 (cinco) anos, previsto no art. 27 do CDC, uma vez constatada a relação de consumo entre as partes originárias (consumidor e concessionária de energia elétrica), a seguradora sub-rogada pode buscar o ressarcimento do que dispendeu com a indenização securitária, nos mesmos termos e limites que assistiam ao segurado.

2. Do exposto, com fundamento no artigo 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, **dou provimento** ao recurso especial para anular o acórdão recorrido, afastar a prescrição e determinar o retorno do autos ao Tribunal de origem, a fim de que prossiga no julgamento da apelação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator